

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE EXERCÍCIO CONTAS ORDINÁRIAS – EXERCÍCIO 2021

**ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL
SECCIONAL DA CAGE JUNTO AO TRIBUNAL MILITAR DO ESTADO**

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos artigos 70 e 76 da Constituição Estadual, na Lei Complementar Estadual nº 13.451, de 26 de abril de 2010, e de acordo com o Decreto nº 50.063, de 08 de fevereiro de 2013, nos manifestamos sobre a execução orçamentária e atos de gestão do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, no exercício de 2021.

O presente relatório tem como objetivos: (i) evidenciar as principais alocações de despesas na execução orçamentária; (ii) avaliar a gestão dos recursos, incluída a análise quanto à aplicação de recursos vinculados; (iii) avaliar a gestão dos principais programas de governo e os resultados alcançados; (iv) avaliar os controles administrativos, identificando eventuais riscos; (v) destacar as boas práticas administrativas e seus impactos no desempenho do órgão; (vi) destacar as inconformidades que podem ser capazes de, individual ou conjuntamente, comprometer os resultados, informando as eventuais providências adotadas, em andamento ou planejadas.

1. EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

No ano de 2021, o total da despesa empenhada pela Tribunal de Justiça Militar foi de R\$ 48,82 milhões, o que representa redução real de 3,46% comparativamente aos valores atualizados do exercício anterior pelo IPCA/IBGE médio, que atingiram R\$ 50,56 milhões. A distribuição segundo as respectivas categorias econômicas e grupos de natureza da despesa é evidenciada na tabela a seguir:

Seccional da CAGE junto ao Tribunal Militar do Estado

Praça Marechal Deodoro – Palácio da Justiça, 1º andar – CEP 90010-906 – Porto Alegre – RS – (51) 3214.5204

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPO DE NATUREZA DA DESPESA

Categoria	Ano	Grupo	2020*		2021		
			Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais			50.564,02	100,00%	48.815,86	100,00%	-3,46%
		Totais	50.115,50	99,11%	48.270,58	98,88%	-3,68%
		01 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	46.597,31	92,16%	42.369,89	86,80%	-9,07%
		02 - JUROS E ENCARGOS DA DIVIDA	-	0,00%	-	0,00%	-
		03 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	3.518,19	6,96%	5.900,69	12,09%	67,72%
3 - DESPESA CORRENTE		Totais	448,52	0,89%	545,28	1,12%	21,57%
		04 - INVESTIMENTOS	448,52	0,89%	545,28	1,12%	21,57%
		05 - INVERSOES FINANCEIRAS	-	0,00%	-	0,00%	-
4 - DESPESA DE CAPITAL		06 - AMORTIZACAO DA DIVIDA	-	0,00%	-	0,00%	-

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ Milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE médio.

Com base nas informações da tabela acima, identifica-se que o grupo Pessoal e Encargos Sociais teve a maior representatividade entre as despesas executadas pelo Órgão, atingindo o montante de R\$ 42,37 milhões (86,80% do total), houve redução de 9,07% em relação aos valores corrigidos do exercício anterior nesse grupo de despesa.

A maior variação ficou por conta do grupo Outras despesas Correntes, ao atingir R\$ 5,90 milhões empenhados, 67,72% superior à execução orçamentária do ano de 2020.

Propõe-se na sequência a apresentação das alocações efetuadas sem considerar o grupo “pessoal e encargos sociais” com vistas a analisar como se deram as principais escolhas da gestão em termos de execução de despesa.

Uma vez desconsideradas as despesas com pessoal e encargos sociais do período, as cinco rubricas orçamentárias com os maiores montantes em termos de valores empenhados no exercício de 2021 atingiram o total de R\$ 3,91 milhões, ou 60,65% da execução orçamentária desse conjunto de despesas, que estão demonstradas na tabela abaixo.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TOP 5 RUBRICAS

Ano	Rubrica	2020*		2021		
		Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
	Totais	3.966,72	100,00%	6.445,97	100,00%	62,50%
	9343 - INDENIZACAO POR ATRASO DA REMUNERACAO	-	0,00%	1.847,91	28,67%	-
	4601 - AUXILIO-REFEICAO - RPPS	635,67	16,03%	726,67	11,27%	14,32%
	3942 - ESTAGIARIOS E MONITORES	416,47	10,50%	482,90	7,49%	15,95%
	3701 - LIMPEZA E HIGIENE	402,50	10,15%	449,14	6,97%	11,59%
	0812 - AUXILIO SAUDE ATIVOS E INATIVOS	-	0,00%	402,60	6,25%	-
	Outros	2.512,09	63,33%	2.536,73	39,35%	0,98%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ Milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE médio.

A despesa com Indenização por Atraso da Remuneração foi a que atingiu o maior valor empenhado, R\$ 1,85 milhão, que representou 28,67% do total, as despesas com Auxílio-Refeição (R\$ 726,67 mil), Estagiários e Monitores (R\$ 482,90 mil), Limpeza e Higiene (R\$ 449,14 mil) e Auxílio Saúde Ativos e Inativos (R\$ 402,60 mil) completam a lista das cinco rubricas com maiores montantes empenhados. As demais despesas do Órgão perfizeram o

total de R\$ 2,54 milhões, representando 39,35% do total executado nesse conjunto de despesas.

As cinco maiores alocações de despesas segundo os respectivos fatos contábeis estão representadas na tabela abaixo, as quais somadas atingiram R\$ 6,38 milhões que representaram 98,96% do total, excluídas as despesas do grupo pessoal e encargos sociais.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO					
TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TOP 5 FATOS CONTÁBEIS					
Ano	2020*		2021		
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
	Totais	3.966,72	100,00%	6.445,97	62,50%
0061 - FOLHAS DE PESSOAL	905,16	22,82%	3.272,47	50,77%	261,53%
0147 - FORNECEDORES DE BENS E SERVICOS CONTINUOS	2.012,71	50,74%	1.889,96	29,32%	-6,10%
0040 - FORNECIMENTO DE BENS E/OU SERVICOS - NACIONAL	723,10	18,23%	976,20	15,14%	35,00%
0046 - LOCAÇÃO DE IMOVEIS	242,11	6,10%	204,77	3,18%	-15,42%
0062 - AUXILIO FUNERAL	-	0,00%	35,46	0,55%	-
Outros	83,63	2,11%	67,11	1,04%	-19,75%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ Milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE médio.

Sob a ótica dos fatos contábeis ficou demonstrado que Folhas de Pessoal foi a despesa que atingiu o maior montante, R\$ 3,27 milhões (50,77% do total) – aqui consideradas despesas com auxílios não pertencentes ao grupo pessoal e encargos, tais como refeição e transporte -, seguido de Fornecedores de Bens e Serviços Contínuos (R\$ 1,89 milhões), Fornecimentos de Bens e Serviços - Nacional (R\$ 976,20 mil), Locação de Imóveis (R\$ 204,77 mil) e Auxílio Funeral (R\$ 35,46 mil). Os demais fatos contábeis perfizeram o total de R\$ 67,11 mil, representando 1,04% desse conjunto de despesas executadas.

Em relação aos R\$ 6,45 milhões empenhados no ano de 2021, excluídas as despesas com pessoal e encargos sociais, 0,24%, ou R\$ 15,63 mil, foram executadas por meio de fatos contábeis que demandam posterior prestação de contas acerca da aplicação dos recursos, conforme evidencia a tabela que segue.

ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO				
TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FATOS CONTÁBEIS E A EXIGÊNCIA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS POSTERIOR				
Ano	2021			
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Quantidade Processos	Análise Vertical (%)
	Totais	6.445,97	597,00	100,00%
SIM	15,63	0,24%	17	2,85%
NÃO	6.430,33	99,76%	580	97,15%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ Milhares

No que se refere aos fatos contábeis que exigem posterior prestação de contas, ou seja, aqueles em que os recursos orçamentários são repassados anteriormente à execução do objeto, a tabela abaixo trata de destacar a ordem decrescente de valores empenhados no ano de 2021.

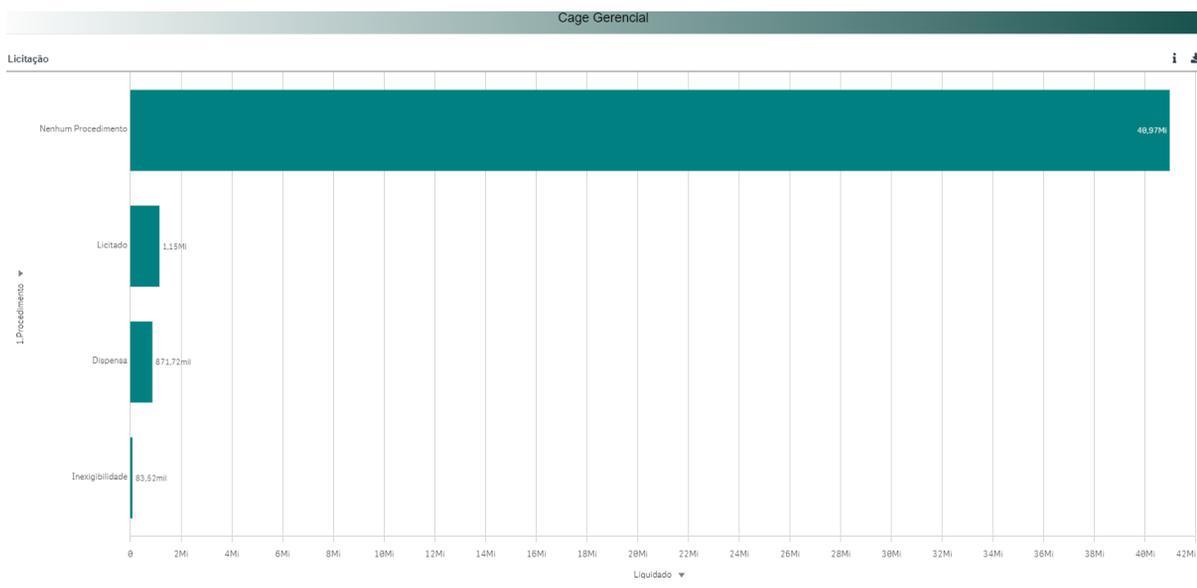
ÓRGÃO - 07 - JUSTICA MILITAR DO ESTADO
TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - FATOS CONTÁBEIS QUE EXIGEM PRESTAÇÃO DE CONTAS

Ano	2020*		2021	
	Empenhado	Análise Vertical (%)	Empenhado	Análise Vertical (%)
Fato Contábil				
Totais	19,08	100,00%	15,63	100,00%
0131 - DIARIAS	4,32	22,66%	11,13	71,16%
0060 - ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	11,21	58,76%	4,51	28,84%
0149 - DIARIAS DE VIAGEM POR ADIANTAMENTO DE NUMERARIO	3,55	18,59%	-	0,00%
				-18,05%

Fonte: CAGE Gerencial
Valores em R\$ Milhares
(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE médio.

Extrai-se das informações acima que Diárias contou com o maior valor empenhado entre as alocações que demandarão prestação de contas futura, representando 71,16% desse conjunto de despesas.

O próximo gráfico destaca as formas de contratação relativas aos valores empenhados no exercício de 2021, excluídas as despesas com pessoal e encargos.

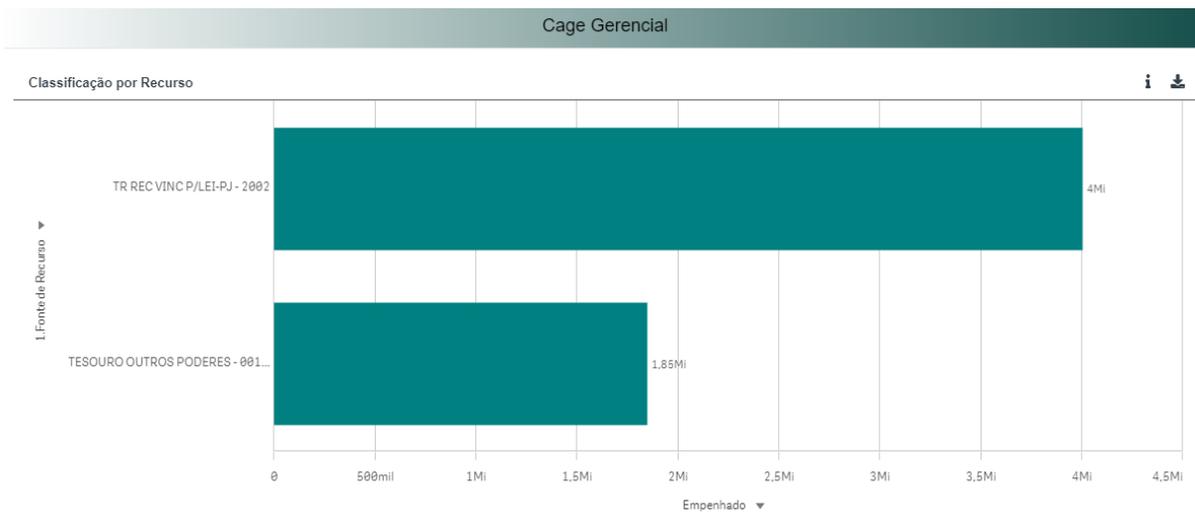


Nota: o gráfico acima computou as anulações de restos a pagar ocorridas no exercício.

As despesas realizadas sem nenhum procedimento licitatório lideram a tabela com execução na ordem de R\$ 40,97 milhões o que tem relação com a própria natureza do Órgão, já as dispensas de licitação e as despesas executadas por inexigibilidade de licitação aparecem em menor grau, sendo as dispensas preponderantemente para contratações com PROCERGS, fornecimento de energia elétrica e locação de imóveis e as inexigibilidades para contratações de ensinos e treinamentos bem como jornais e periódicos.

2. GESTÃO DOS RECURSOS

As principais fontes de recursos utilizadas para o total de R\$ 5,85 milhões empenhados (excluído o grupo das despesas com pessoal e encargos) pelo Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul no ano de 2021 são evidenciadas no próximo gráfico.



Nota: o gráfico acima computou as anulações de restos a pagar ocorridas no exercício.

Quanto às alocações de despesas financiadas com recursos de natureza vinculada não foram identificados desvios de finalidade.

3. GESTÃO DOS PRINCIPAIS PROGRAMAS E RESULTADOS ALCANÇADOS

A execução das despesas no âmbito do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul sob a perspectiva dos programas de governo desenvolvidos é apresentada na próxima tabela, excluído o grupo de despesas com pessoal e encargos sociais. Destaque para os cinco projetos/atividades com os maiores valores empenhados, que somados atingiram o montante de R\$ 6,31 milhões, ou 97,90% dos empenhos do Órgão nesse conjunto de despesas.

ÓRGÃO - 07 - JUSTIÇA MILITAR DO ESTADO						
TABELA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - TOP 5 PROJETOS ORÇAMENTÁRIOS						
Ano	2020*			2021		
	Empenhado	Análise Vertical (%)		Empenhado	Análise Vertical (%)	Análise Horizontal (%)
Totais	3.966,72	100,00%		6.445,97	100,00%	62,50%
6532 - INDENIZACOES, REEMBOLSOS E RESTITUICOES - TJM	0,15	0,00%		1.981,67	30,74%	1336081,25%
6219 - MANUTENCAO DAS ATIVIDADES JURISDICIONAIS DO TRIBUNAL DE JUSTICA MILITAR	2.074,38	52,29%		1.832,17	28,42%	-11,68%
8471 - PAGAMENTO DE AUXILIOS A PESSOAL ATIVO - TJM	905,02	22,82%		1.290,80	20,02%	42,63%
3902 - MANUTENCAO ATIVIDADES DE GOVERNANCA DE TIC	954,66	24,07%		1.064,55	16,52%	11,51%
6767 - TREINAMENTO CONTINUADO DE PESSOAL	6,57	0,17%		141,16	2,19%	2049,72%
Outros	25,95	0,65%		135,62	2,10%	422,61%

Fonte: CAGE Gerencial

Valores em R\$ Milhares

(*) Valores atualizados pelo IPCA/IBGE médio.

Com base nos dados acima destaca-se Indenizações, Reembolsos e Restituições entre os de maior relevância em termos de valores empenhados, ocupando a primeira colocação com valores executados de R\$ 1,98 milhão, em seguida aparecem Manutenção das Atividades Jurisdicionais do Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul (R\$ 1,83 milhão), Pagamentos de Auxílio ao Pessoal Ativo (R\$ 1,29 milhão) e, fecham a lista dos cinco projetos com maiores valores de despesa executada Manutenção de Atividade de Governança de TIC e Treinamento Continuado de Pessoal, com empenhos no montante de R\$ 1,06 milhão e R\$ 141,16 mil, respectivamente.

4. BOAS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS

Destacamos a prática implementada pelo setor de pagadoria do Órgão que monitora de forma efetiva as liquidações dos fornecedores de modo que os pagamentos têm sido realizados rigorosamente em dia.

5. INCONFORMIDADES

No exercício em exame não foram identificadas inconformidades passíveis de relatório.

Porto Alegre, 28 de abril de 2022.

Equipe de Auditoria:

Fábio Leandro Sartori Dutra,
Auditor do Estado
ID: 4431227/01

Clóvis Cassiano Urnau,
Técnico Tributário da Receita Estadual
ID: 286890/01

Diego Rafael de Lorenzi,
Coordenador de Seccional da CAGE.

PARECER DE AUDITORIA CAGE/DCD Nº 14/2022
CONTAS ORDINÁRIAS – EXERCÍCIO 2021
ÓRGÃO: TRIBUNAL DE JUSTIÇA MILITAR DO RIO GRANDE DO SUL

No cumprimento das atribuições estabelecidas nos artigos 70 e 76 da Constituição Estadual e na Lei Complementar Estadual nº 13.451, de 26 de abril de 2010, de acordo com o Decreto nº 50.063, de 08 de fevereiro de 2013, examinamos os documentos constantes no sistema e-TCERS (Processo Eletrônico do TCERS), relativos às Contas Ordinárias de Fábio Duarte Fernandes, Ordenador Primário das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal de Justiça Militar do Rio Grande do Sul, de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2021.

Nossos exames incluíram: (a) o acompanhamento da execução orçamentária da despesa durante o exercício; (b) a verificação prévia, concomitante e subsequente dos atos da execução orçamentária e extraorçamentária; (c) o controle contábil dos direitos e obrigações oriundos de ajustes, convênios e contratos; (d) o confronto das prestações de contas com os documentos comprobatórios; e (e) as auditorias realizadas.

Em nossa opinião as Contas Ordinárias do Administrador representam adequadamente a execução orçamentária e o resultado das operações referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Porto Alegre, 28 de abril de 2022.

Diego Rafael de Lorenzi,
Coordenador de Seccional da CAGE.

Divisão de Controle da Administração Direta – DCD

Avenida Mauá, 1155, sala 415-A – CEP 90030-080 – Porto Alegre – RS – (51) 3214.5240

Protocolo
451351

Página da
peça
7

Peça
4255551

DOCUMENTO DE
ACESSO RESTRITO